



EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA: POLÍTIICAS PÚBLICAS E EDUCADORES SOCIAIS

Edineide Saturnino de Oliveira/UEPB

edneide_oliveira_2010@hotmail.com

Orientadora: Laércia Maria Bertulino de Medeiros/UEPB

laerciamedeiros@hotmail.com

RESUMO

Sobre o tema inclusão, existe a necessidade de alocar pessoas portadoras de necessidades especiais para um ambiente onde desenvolvam suas potencialidades de forma mais efetiva. Dessa forma, as políticas públicas educacionais ao adentrarmos no século XXI ganham força principalmente nessa temática. Este trabalho visa verificar se instituições responsáveis pela inclusão dos portadores de necessidades especiais e seus Educadores Sociais estão coerentes com as propostas das políticas de inclusão. Para tanto, foram selecionadas Instituições: o Instituto dos Cegos e a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE, localizadas na cidade de Campina Grande – PB. Como método foi feitas observações *in loco* e entrevistas com os Educadores Sociais das Instituições. Os dados demonstraram que no Instituto dos Cegos, os Educadores Sociais são representados por um pequeno número: professores e duas psicólogas, evidenciado que uma dessas trabalha como leitora. Não existe uma equipe multidisciplinar que possa promover um atendimento adequado aos usuários e as famílias que frequentam a Instituição. Na APAE os dados elucidam que a Instituição é bem estruturada no que diz respeito ao acolhimento e acomodação dos usuários, entretanto, ainda enfrenta dificuldades no que concerne a efetividade de um trabalho multiprofissional, que é formada por Fisioterapeutas, Psicólogos, Assistente Social, Fonoaudiólogo, Pedagogo e Médico. Concluiu-se que as observações em Instituições voltadas para um público especial possibilitou um novo olhar sobre pessoas que possuem certas limitações. Ressaltou-se ainda, a importância da presença de profissionais especializados para que seus usuários possam se desenvolver adequadamente, de modo que, possam se sentir verdadeiramente inseridos na sociedade.

Palavras – Chave: Políticas Públicas. Inclusão. Educadores Sociais.

RESUMEN

Sobre el tema de la inclusión, es necesario asignar las personas con discapacidad en un entorno donde desarrollar sus potencialidades de forma más efectiva. De esta manera, las políticas públicas educativas al entrar en el siglo XXI gran fuerza, principalmente en este tema. Este trabajo tiene como objetivo asegurar que las instituciones responsables de la inclusión de personas con necesidades especiales y sus educadores sociales sean coherentes con las propuestas de políticas de inclusión. Para ello, se seleccionaron las instituciones: el Instituto para ciegos y la Asociación de padres y amigos de mentalmente – APAE, ubicado en la ciudad de Campina Grande-PB. Como método se hizo observaciones *sobre el terreno* y entrevistas con los educadores de las instituciones sociales. Los datos demostraron que el Instituto para los educadores sociales, ciegos es representado por un número pequeño: profesores y dos psicólogos, evidenció que uno de esos trabajos como lector. Hay un equipo multidisciplinario que puede promover los usuarios del servicio adecuado y las familias que asisten a la institución. datos APAE en aclarar que la institución está bien estructurada en cuanto a la recepción y alojamiento de los usuarios, sin embargo, aún enfrenta dificultades con respecto a la efectividad de un trabajo multidisciplinario, el cual está formado por Fisioterapeutas, Psicólogos, Trabajadores Sociales, Fonoaudiólogo, Médico y Pedagogo. Se concluyó que los comentarios en un especial instituciones orientada al público hizo posible una nueva mirada a personas que tienen ciertas limitaciones. También destacó la importancia de la presencia de profesionales especializados para permitir a los usuarios desarrollar adecuadamente, para que ellos puedan sentirse verdaderamente insertados en la sociedad.

INTRODUÇÃO

Na contemporaneidade observamos o desenvolvimento de uma vasta bibliografia acerca dos estudos sobre grupos afetados por incapacidades intelectuais, físicas, emocionais e sociais. Geralmente estes estudos destacam os modos de abordar a temática da deficiência, na perspectiva do processo de inclusão social. Nesse sentido, trata-se de pensar e promover um ambiente em que as pessoas portadoras de deficiências, possam desenvolver suas potencialidades, corroborando com o debate sobre políticas públicas para este público, que vem ganhando espaço, principalmente no âmbito educacional. O contexto atual é o da inclusão de todos no que diz respeito aos bens públicos educacionais e sociais.

A ideia de uma sociedade inclusiva se fundamenta numa filosofia que reconhece e valoriza a diversidade, como característica inerente à constituição de qualquer sociedade. Partindo desse princípio e tendo como horizonte o cenário ético dos Direitos Humanos, sinaliza a necessidade de se garantir o acesso e a participação de todos, a todas as oportunidades, independentemente das peculiaridades de cada indivíduo. (PEREIRA, 2008, p.02)

Em decorrência, a Educação Formal constitui-se como um dos caminhos para à inserção social de pessoas com necessidades educativas especiais. Estudos realizados no âmbito da Psicologia e outras Ciências (FLEITH, 2004; SANTOS e SOUZA, 2005; TESSARO, 2005) sinalizam novos olhares que começam a ser construídos acerca dessa temática, ampliando o foco de análise para além das causas da deficiência, passando assim, a reconhecer as influências do meio social, das oportunidades de convivência e de educação para a efetivação de uma inclusão comprometida com a transformação social.

Para tanto, na perspectiva de inclusão abordada, “incluir não é necessariamente preparar um lugar na classe ou em uma escola especial para o aluno especial. Incluir não é igualar, equiparar, dar o mesmo direito, e, sim, possibilitar subjetividades singulares” (Gambale e. al. 2013, p. 129). Esta proposta é pensada com base nas particularidades e singularidade de cada pessoa, que em sua humanidade não deve ser identificada pela deficiência, nem incluída para ser massificada e sim respeitada em suas diferenças, dando-lhe a possibilidade de desenvolver-se, tanto quanto os ditos “normais”.

A partir de alguns estudos realizados no âmbito da Psicologia, Sociologia e Educação, um novo olhar começa a ser construído acerca dessa temática, ampliando o foco de análise para além das causas da deficiência, passando assim, a reconhecer as influências do meio social, das oportunidades de convivência e de educação para a efetivação de uma inclusão comprometida com a transformação social, fazendo da educação um caminho para a autonomia destes indivíduos, além de ampliar as possibilidades para o autodesenvolvimento global.

Nesse sentido, o presente estudo tem como objetivo conhecer a realidade de duas Instituições que oferecem atendimento educacional especializado na cidade de Campina Grande – PB, tendo em vista, se seus Educadores Sociais estão coerentes com as propostas das políticas de inclusão verificar como está sendo desenvolvida a educação especial e o trabalho de inclusão social no referido município.

METODOLOGIA

O presente estudo norteia-se por uma abordagem qualitativa, pois, trata-se de uma pesquisa de campo, exploratória, descritiva, segundo as orientações de Minayo (2002).

De acordo Nogueira Martins e Bógus (2004, p.49), a pesquisa qualitativa é focalizada

Na pessoa do pesquisador e na relação que ele estabelece nesse tipo de pesquisa que são importantes, uma vez que a máxima objetividade só pode ser alcançada quando se incorpora o sujeito observador como uma das variáveis do campo, assim, as qualidades de todo objeto são sempre relacionais, derivam das condições e relações nas quais se acha cada objeto em cada momento.

Para tanto, Cunha (1989, p.57), ressalta ainda que, a organização dos dados e sua análise na pesquisa qualitativa são complexas, pois é preciso que o pesquisador tenha uma visão ampla do objeto e do contexto a ser pesquisado sem “perder as peculiaridades e aspectos peculiares que podem, muitas vezes, enriquecer a compreensão do fenômeno”.

Local da pesquisa

Instituto dos Cegos e Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE.

Participantes

Tiveram-se como sujeitos da pesquisa psicólogos, assistentes sociais, gestores e professores.

Coleta de dados

O período de observação deu-se no semestre de 2014.1, a partir do Componente Curricular Psicologia e Educação Especial. Optou-se pelo método de observação participante

em que foi possível conhecer o espaço das instituições supracitadas, além de estabelecer contato com os regentes das mesmas.

Instrumentos Utilizados

Como instrumento de coleta de dados utilizou-se um roteiro de observação e entrevista semi-estruturada para verificar a prática e atentar para os sentidos e mecanismos que circunscreveram as relações dos Educadores Sociais na Educação Especial e Inclusiva.

Análise dos dados

Os dados foram analisados conforme a partir da Técnica de Análise de Conteúdo. Notadamente, a AC foi configurada em detalhes tanto conceitualmente quanto tecnicamente por Laurence Bardin, na sua obra *L'analyse de contenu*, em Paris no ano de 1977. Bardin (1987, p. 42) conceitua a análise de conteúdo como:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.

Os principais aspectos da estratégia metodológica da análise de conteúdo pressupõem algumas etapas, definidas por Bardin (1977) como: pré-análise, descrição analítica e interpretação inferencial.

A partir desse enfoque qualitativo de investigação, o desenvolvimento das atividades concernentes à proposta aconteceu, em três etapas: Seleção das instituições conforme abertura dos espaços para realização da pesquisa; visitas observacionais dos espaços selecionados, aplicação das entrevistas com funcionárias das instituições mencionadas.

ANÁLISE DOS RESULTADOS

Os dados indicam que o Instituto dos Cegos, apresenta uma estrutura física antiga, contendo salas de informática, música, biblioteca, entre outras. No tocante ao corpo de funcionários que desenvolvem um trabalho no local é representado por um número limitado composto por professores e duas psicólogas, sendo que uma destas trabalha como ledora, evidenciando que não existe uma equipe multidisciplinar que possa promover um atendimento adequado aos usuários e as famílias que frequentam a instituição. Apesar disto, é desenvolvido um trabalho visando o empoderamento e autonomia dos usuários, para o desenvolvimento de outras habilidades que ajudem a sobressair-se da deficiência visual.

Com relação a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE, é possível encontrar portadores de Síndrome de Down, de deficiência mental, paralisia cerebral. Os dados vêm elucidando que a instituição se encontra bem estruturada no que diz respeito ao acolhimento e acomodação dos sujeitos, oferecendo um serviço interessante a comunidade, entretanto, ainda enfrenta dificuldades no que concerne a efetividade de um trabalho conjunto da equipe multiprofissional, que é formada por Fisioterapeutas, Psicólogos, Assistente Social, Fonoaudiólogo, Pedagogo e Médico. A instituição funciona os dois turnos (manhã/tarde) e possui 11 salas de aula com pedagogos, incluindo sala de artesanato, biblioteca, e laboratório de informática. Esta se detém na alfabetização da criança, que após esse trabalho é encaminhada para uma escola regular.

Percebe-se, pois, que apesar dos esforços por parte dos profissionais em dedicar-se para um trabalho eficaz, educar na perspectiva de Gambale et. al.(2013), torna-se um desafio maior ainda, tendo em vista que a demanda na educação especial nas duas instituições supracitadas é excedente em relação aos profissionais que as instituições dispõem, o que dificulta um trabalho que vise a autonomia e a singularidade dos sujeitos. Todavia, os profissionais, demonstram trabalhar de forma engajada o que permite bons resultados mesmo com as limitações citadas.

Ao observar a prática dos Educadores sociais várias questões foram levantadas.

A primeira delas diz respeito aspectos do processo educacional, isto é, remeteu-nos a questão da autonomia que se inscreve de forma individual, e não coletiva no cotidiano escolar.

Outro aspecto relevante em relação a prática específica do Psicólogo Educacional/Escolar em que se observou a tentativa de uma prática que dê significado a sua profissão, na medida em que há um serviço direcionado aos portadores de necessidades educativas especiais. De forma geral, não se verificou por parte dos educadores sociais uma ressignificação de suas práticas, visto que seguem a lógica assistencialista, apesar do conteúdo dos discursos serem pró-ativos. Veja-se como exemplo a fala de uma Psicóloga:

(P1): “Para trabalhar neste tipo de instituição, com esta demanda específica, o amor pelo que faz e a dedicação são essenciais. É muito gratificante ver os avanços de cada aluno e a grande capacidade de criação e inteligência que os mesmos possuem”.

Nesse sentido, permite-se inferir que a visão de mundo sobre a Educação Especial e Inclusiva parece ser atrelada só a questão cognitiva, o que implica num pensamento e possivelmente uma prática superficial.

CONCLUSÃO

Percebeu-se que as observações junto ao Instituto dos Cegos e a APAE, tem possibilitado um novo olhar sobre os indivíduos que possuem certas limitações. Ressaltamos a importância da presença de profissionais dedicados aos seus alunos, que buscam ajudá-los, transmitindo o conhecimento, sentimentos de carinho, cuidado e fortalecimento.

Ao verificar e inferir sobre a prática dos Educadores Sociais na Educação Especial e Inclusiva percebeu-se que a atuação destes segue diretrizes explicitadas individualmente, e não coletivamente nessas Instituições. As relações profissionais e com os portadores de necessidades educativas especiais apesar de serem amenas não seguem um processo no qual, em conjunto, deveriam fazer, a exemplo de uma análise institucional verificando os aspectos tais quais: relações entre os componentes; cotidiano de sala de aula; cotidiano da escola; comportamento influenciados pelo sistema; relações família-escola e eficiência no processo.

Todas as funções básicas dos Educadores Sociais podem ser transpostas para o contexto escolar, porém, estas funções precisam sempre estar relacionadas ao processo educativo na instituição escolar como um todo.

Além disso, foi possível identificar quão necessária é a efetivação e promoção de políticas públicas nas Instituições que algumas vezes não dispõem das condições necessárias para um trabalho mais efetivo. Desse modo, o importante é que seus usuários possam se desenvolver adequadamente, contando com o respaldo não apenas governamental, mas social, de modo que, possam sentir-se verdadeiramente inseridos na sociedade, visando a autonomia dos mesmos.

REFERÊNCIAS

- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Martins Fontes, 1977.
- FLEITH, Denise de Souza; MAIA-PINTO, Renata Rodrigues. Avaliação das práticas educacionais de um programa de atendimento a alunos superdotados e talentosos. **Revista de Psicologia Escolar e Educacional**. Campinas:ABRAPEE. v. 8, n. 1, p. 55-66, jan./jun. 2004.
- GAMBALE, C. A. et. al. A sexualidade em crianças portadoras de deficiência. In: SILVA, Maria Cecília Pereira da; (ORGS). **Sexualidade começa na Infância**. 1. ed.-São Paulo: Casa do psicólogo, 2013, Cap. 7.
- MINAYO, M. C. de S. (org.) **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 21ed. Petrópolis, RJ, Vozes, 2002.

PEREIRA, M.M. **Inclusão Escolar**: um desafio entre o ideal e o real. Disponível em: <http://www.portaleducacao.com.br/pedagogia/artigos/2284>

SANTOS, Anabela Almeida Costa e; SOUZA, Marilene Proença Rebello de. Cadernos escolares: como e o que se registra no contexto escolar. **Revista de Psicologia Escolar e Educacional**. Campinas: ABRAPEE. v. 9, n. 2, p. 291-302. jun./dez. 2005.

TESSARO, Nilza Sanches et al. Inclusão escolar: visão de alunos sem necessidades educativas especiais. **Revista de Psicologia Escolar e Educacional**. Campinas: ABRAPEE. v. 9, n. 1, p. 105-116. jan./jun. 2005.